COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O FUNDO NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL - PEC 027/2024

REQUERIMENTO N°_____, DE 2025

(Do Sr. Deputado MÁRCIO MARINHO)

Requer realização de audiência pública com o tema "O legado da escravidão no Brasil e suas consequências socioeconômicas: Aspectos Históricos e Fundamentos da Reparação Econômica".

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais a realização de uma audiência pública, no âmbito desta Comissão para subsidiar os debates acerca da temática "O legado da escravidão no Brasil e suas consequências socioeconômicas: Aspectos Históricos e Fundamentos da Reparação Econômica", no contexto da PEC nº 27/2024, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

A temática proposta é de extrema relevância para compreender o legado da escravidão, o racismo estrutural e os marcos jurídicos e institucionais que justificam políticas de reparação e promoção da igualdade racial no Brasil.

Para enriquecer o debate, propomos a participação dos seguintes convidados:

- IVETE SACRAMENTO Ex-Secretária Municipal de Reparação de Salvador; professora titular da Universidade do Estado da Bahia; primeira reitora negra do Brasil; responsável pela implementação das cotas raciais na UNEB em 2002;
- SAMUEL VIDA Doutor em Direito pela UnB; Professor da UFBA;
 Coordenador do Programa Direito e Relações Raciais (PDRR);
- 3. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO - REPUBLICANOS/BA

do Brasil (CFOAB) – Membro da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil;

- 4. Representante da Defensoria Pública da União (DPU); e
- 5. Representante do Ministério Público Federal (MPF)

JUSTIFICATIVA

A audiência proposta tem como objetivo ouvir especialistas acadêmicos, representantes de instituições jurídicas e autoridades públicas sobre o fundamento histórico e constitucional da reparação econômica à população negra brasileira.

A contribuição dos convidados será essencial para:

- Contextualizar as desigualdades estruturais derivadas da escravidão e do racismo institucional;
- Apresentar fundamentos jurídicos para políticas reparatórias à luz da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos;
- III. Avaliar experiências institucionais já implementadas no Brasil, como cotas raciais em universidades e políticas de reparação em âmbito municipal;
- IV. Subsidiar os trabalhos desta Comissão Especial na análise da PEC nº 27/2024, assegurando um debate plural, técnico e fundamentado.

Considerando a relevância da matéria e seu caráter transversal, entendemos fundamental que o debate seja construído de **forma ampla e plural**, com espaço para que os demais membros desta Comissão também indiquem convidados de diferentes áreas, lideranças sociais, acadêmicas, políticas e institucionais, garantindo assim um diálogo abrangente e representativo dos diversos espectros políticos e sociais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nossos pares no sentido de aprovar o Requerimento.

Sala da Comissão em, de setembro de 2025.

MÁRCIO MARINHO





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO - REPUBLICANOS/BA

Deputado Federal Republicanos/BA



